

**Cultura material e patrimônio no Vale do Paraopeba/MG:
séculos XIX e XX**

CLÁUDIA ELIANE PARREIRAS MARQUES MARTINEZ¹

Introdução

Este trabalho tem como objetivo compreender a transformação da cultura material em Minas Gerais, tendo como referência as fontes cartorárias e também os remanescentes tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). O Vale do Paraopeba constituiu o cenário principal da pesquisa realizada a partir, principalmente, dos inventários *post-mortem*². A pesquisa também contou com um conjunto de objetos do cotidiano localizados tanto nas casas dos moradores atuais, quanto daqueles pertencentes aos museus da região, tais como: utensílios domésticos, mobiliário, objetos pessoais (indumentária e jóia) e utensílios e equipamentos de trabalho (enxó, moinhos, engenhos de moer cana, monjolos, carro de boi etc).

Nessa sociedade do interior de Minas Gerais a presença de alguns artefatos, como as rodas de fiar algodão e o tear, constitui importantes referências econômicas e culturais. O trabalho desenvolvido nestes equipamentos, sobretudo, por mulheres escravas e livres, possibilitou à região um forte dinamismo econômico no período escravista e pré-industrial.

Este estudo parte do pressuposto que as alterações políticas e econômicas ocorridas no cenário nacional e regional, a partir da segunda metade do século XIX, - Abolição da escravidão, fim do Império, a mudança da capital mineira - afetaram a

¹ Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina/Paraná

² O Vale recebe este nome por causa de seu principal rio, o Paraopeba, que possui uma extensão de 400 km e na divisão de seus três cursos - superior, médio e inferior - constitui um dos principais afluentes que formam a bacia hidrográfica do São Francisco. Além do solo fértil que compõe a maior parte das terras, destaca-se, ainda, o rico manancial de águas do Vale do Alto-Médio Paraopeba, como o Rio das Águas Claras, o Rio Manso e o Rio das Macaúbas, além dos ribeirões Sant'Ana, São Mateus, Maré, Saúde, Serra, Porto Alegre, Contendas, São Caetano, Casa Branca, Feijão e Tejuco.

configuração da riqueza, da cultura material e da paisagem em Minas Gerais, em especial, no Vale do Paraopeba. Várias questões relacionadas à posse de escravos, à valorização das terras, ao fracionamento das propriedades, à dispersão das grandes fortunas depois de 1888, bem como alterações significativas no espaço interno e externo das moradias dos diferentes estratos sociais puderam ser percebidas nas fontes cartorárias estudadas.

Para análise da cultura material considerou-se uma série de categorias, tais como o valor de uso, de troca, de posse e de seleção. Esses atributos permitiram perceber a representação cultural dos artefatos refletida nas mudanças de atitude, gestos e hábitos da população, assim como alterações no padrão da cultura material.

Por fim, é preciso salientar que muitas dessas casas que hoje compõem, por exemplo, o centro histórico da cidade de Bonfim e algumas fazendas dispersas no meio rural passaram por um processo de patrimonialização, no final do século XX.³ A patrimonialização de parte das edificações urbanas e rurais e dos artefatos, bem como a criação de museus e arquivos municipais em algumas cidades do referido vale, como Bonfim e Belo Vale, constituíram referências importantes para esta pesquisa.

Fazendas e patrimônio cultural no Vale do Paraopeba: do século XIX à patrimonialização no século XX

A cultura material das sociedades do passado configurava-se de forma vagarosa, permeada de detalhes, muitas vezes discretos aos olhos contemporâneos acostumado às rápidas mudanças tecnológicas e novos padrões de conduta. Naquele momento, o “novo” convivia harmoniosamente com o “velho”; por isso, encontramos, em 1856, mais precisamente na cozinha do Capitão Manoel José Parreiras, uma “mesa modelo antigo”⁴.

³ Entre 1998 e 2002 pude participar como presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico do Município de Bonfim/MG de todo o processo de tombamento do centro histórico de Bonfim, uma das principais cidades “históricas” da região do Vale do Paraopeba. Nesta localidade é possível perceber não só várias edificações e remanescentes dos séculos XVIII e XIX, como também uma rica cultura material relacionado ao espaço doméstico e ao mundo rural.

⁴ Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 02(77), 1856.

O espólio da família do Sr. Manoel foi calculado em quase 20 contos de réis, definindo-o como um membro legítimo do grupo A, ou seja, aquelas famílias com espólios acima de 10 contos de réis⁵. Era proprietário de três grandes fazendas – a do *Engenho*, a da *Cachoeira dos Amorins* (hoje coberta pelas águas da represa do Rio Manso) e a do *Zagaia*. A casa na vila do Bonfim foi estimada pelos louvados (os avaliadores) em quase meio conto de réis, valor considerável, uma vez que não era a habitação principal da família, servindo apenas para as eventuais visitas de fins de semana.

A história descortinada do inventário do Capitão Parreiras ratifica o modo de viver dos grandes fazendeiros do vale do Paraopeba. A *fazenda do Engenho*, de aproximadamente 170 alqueires, constituía sua principal moradia, onde passava com sua família a maior parte do tempo. A descrição abaixo permite identificar a complexidade dessa unidade econômica.

*O massame continha casa de sobrado, casa de despejo do lado de cima, paiol, engenho de moer cana com toda a sua cana, uma senzala perto da casa, moinho, tudo coberto de telha e pasto, avaliado pelos louvados em três contos de réis*⁶.

A propriedade possuía também pomar, horta de verduras e animais (11 bois, 4 cavalos e 5 suínos). Com o trabalho realizado por seus dez escravos podia-se plantar de quase tudo, incluindo neste rol vários alqueires de feijão, arroz, milho, algodão, café e cana-de-açúcar. Na propriedade havia, além das enxadas, foices, martelos, enxós e alavancas, uma “tenda de ferreiro com todos os seus pertences”, “dois moinhos movidos a água”, “engenho de cana movido por bois” e três “carros de bois em bom uso”⁷.

O casamento do Capitão José Manuel Parreiras com Dona Maria Feliciano de Jesus rendeu uma prole numerosa: uma dúzia de filhos (8 homens e 4 mulheres). Os

⁵ Foram definidos três grupos socioeconômicos segundo o valor do monte-mor, ou seja, a riqueza total. Para melhor efeito de comparação os dados foram calculados em réis e libras esterlinas. Em réis: **Grupo A:** acima de 10\$000.000, **Grupo B:** 5\$000.001 a 10\$000.000 e **Grupo C:** até 5\$000.000. Em libras esterlinas: **Grupo A:** acima de 1.000, **Grupo B:** de 501 a 1.000 e **Grupo C:** até 500. Ver MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. Cinzas do Passado. Riqueza e Cultura Material no Vale do Paraopeba/MG. 1840 a 1914. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2006.

⁶ Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 02(77), 1856. (Grifos nossos).

⁷ Idem. As outras duas fazendas – Da Cachoeira dos Amorins e do Zagaia – possuíam 60 e 50 alqueires respectivamente e eram destinada à produção de milho e cana.

objetos e artefatos identificados no domicílio do casal demonstram que os membros da família viviam confortavelmente se comparados com os padrões da época e com seus pares menos afortunados, o grupo B (5\$000.001 a 10\$000.000) e Grupo C: até 5\$000.000. A espreguiçadeira, as cadeiras de palhinha, o armário com gavetas, “o espelho com caixa, bem delicado com repartimentos” fazem parte de um mobiliário pouco comum, pertencente somente aos mais abastados.

O mesmo se pode dizer para a indumentária encontrada nos armários, nas caixas e frasqueiras. Dentre as peças arroladas notam-se um “vestido roxo”, uma “sobrecasaca”, uma “camisa de algodão fino” e um “chapéu amazona”. É provável que possuíssem outras roupas de uso pessoal, e outras tantas ligadas ao vestuário de cama e mesa, uma vez que entre seus pertences foram localizadas “uma roda de fiar algodão em bom estado” e “um tear com todos os seus pertences”⁸. Dos artefatos listados nesse inventário ressaltam-se, ainda, as jóias e os adornos pessoais como “um par de bichas com pedra roxa”, “duas memórias”, “um argolão” e “um rosário”; tudo em ouro e prata.

Outra propriedade, a fazenda da Boa Esperança, localizada no distrito de Boa Morte possuía uma cultura material ainda mais suntuosa. Pela importância histórica dessa construção, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) realizou, em 1975, o tombamento do imóvel⁹. A fazenda foi construída na segunda metade do século XVIII para ser a residência do Barão do Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros. Além de rico proprietário de lavras, terras minerais e escravos em Congonhas do Campo o Barão possuía também grande prestígio político e social. Vamos conhecer parte de sua riqueza por meio das imagens reproduzidas aqui e também do inventário *post-mortem* de 1905, quando a propriedade não mais pertencia ao Barão, mas conservava além da arquitetura muitos objetos e artefatos de seu tempo áureo.

O corpo principal da fazenda apresenta forma retangular seguindo o estilo bandeirista. Paredes de pau-a-pique rebocadas e caiadas de branco contrapõem harmoniosamente com as centenárias sapucaieiras localizadas no pátio da frente da construção. No primeiro plano encontra-se a varanda central ladeada à esquerda pela

⁸ Idem.

⁹ Ver o texto produzido por Letícia Julião no site http://www.dejore.com.br/museudoescravo/m_historia.htm

capela e à direita pelo quarto de hóspede. O casarão possui vinte e três cômodos entre quartos, cozinhas e salões de visitas, todos revestidos de forro de taquara e janelas com folhas almofadadas. Contrariamente ao quarto de hóspede, localizado na parte da frente do casarão, os quartos destinados à família encontram-se nos fundos, voltados para outra varanda.

A associação entre a documentação cartorária, a imagem da estrutura interna e externa da fazenda da Boa Esperança (com seus muros de pedra, janelas almofadadas, amplas varandas e a rica capela, com obras de Francisco Vieira Servas e, provavelmente, de João Nepomuceno) constituem referências importantes para se compor o cenário das grandes fazendas e casas abastadas da região mineradora central de Minas Gerais. Do mesmo modo, indicam as principais atividades econômicas, ocupações e modos de viver e sentir de parte daquela população num dado momento histórico.

Mais do que auto-representação da moradia abastada, a construção mencionada possibilita entender os padrões de riqueza, sofisticação e luxo projetados na cultura local. Autorizam também a identificar a produção econômica e a circulação de bens produzidos e comercializados com a capital mineira (Ouro Preto, depois Belo Horizonte), a Corte do Rio de Janeiro e outros centros urbanos, como São João Del Rey e Barbacena¹⁰. Do mesmo modo, a análise minuciosa deixa transparecer as alterações sofridas através dos séculos XIX e XX como, por exemplo, a introdução das vidraças nas janelas, modificações no piso e nos forros (figura 1, 2, 3).

¹⁰ MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX. Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

Figura 1: Fazenda da Boa Esperança



Fonte: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br>

A descrição da fazenda com suas terras, moinhos, engenhos de cana e diversos utensílios e objetos dispostos no inventário (1905) associados aos vestígios e resquícios materiais e arqueológicos da própria fazenda da Boa Esperança compõem um quadro dinâmico da economia e da sociedade mineira. Para complementar essas informações foram também utilizados dados contidos nas fontes cartorárias das fazendas da mesma região e época. Exemplo disso é o moinho desativado da fazenda (figura 4); este tipo de equipamento/maquinário pode ser frequentemente localizados nos inventários *post-mortem* dos séculos XVIII e XIX. O mesmo se pode dizer do engenho de serrar, do engenho de cana, do monjolo, do tear, da roda de fiar algodão e outras ferramentas e instrumentos relacionados à agricultura, pecuária e mineração.

Figura 2: divisão interna da casa



Figura 3: detalhes da varanda e do telhado



Figura 4: moinho desativado



Figura 5: ruínas da senzala



Fonte: http://www.dejore.com.br/belovale/turismo_fazenda.htm

Até a poucas décadas atrás era possível localizar na “Boa Esperança” imagens sacras, além de vasto mobiliário, utensílios domésticos (vasilhame de toda espécies como baixelas de prata e louças inglesas) e de equipamentos de trabalho referendados hoje apenas nas fontes cartorárias trabalhadas neste artigo. Dos objetos materiais, restou apenas um bacamarte, uma mesa, pedaços de louças e cerâmicas. Destacam-se ainda, como salientado anteriormente, as pinturas e os trabalhos de talha localizados na capela e atribuídos, segundo historiadores da arte, ao mestre João Nepomuceno.

A fazenda da Boa Esperança no pós Abolição: uma problemática histórica

As fazendas e propriedades rurais das famílias abastadas encontradas no período pós-abolição eram, em geral, menores que aquelas localizadas na fase escravista. A metamorfose da terra, em função da divisão entre herdeiros, ou as múltiplas falências

ocorridas por causa da abolição constitui parte da realidade de muitas famílias inventariadas neste período¹¹. Por exemplo, o tamanho médio das propriedades rurais no vale do Paraopeba, entre 1850/1888, gravitou em torno de 91 alqueires, enquanto na fase que vai de 1888/1914 declinou para 57. O inverso se deu com o valor monetário; com 22\$250 réis podia-se comprar um alqueire de terra entre 1850/88, já no começo do período republicando, esse chegou a custar o preço médio de 51\$880 réis. A dimensão geométrica e o preço dos imóveis na transição do sistema escravista abrem espaço para discussões de outra natureza, tais como:

- A estrutura das moradias urbanas e das fazendas modificou-se ao longo do século XX?

- O interior doméstico permaneceu imutável frente às novas relações sociais?

- Em que medida os novos parâmetros de trabalho, estabelecidos no final do século XIX, alteraram a paisagem rural e urbana?

Observar as transformações materiais da sociedade constitui uma tarefa complexa, uma vez que a cultura se move de forma discreta e lenta. No entanto, essas modificações são mais visíveis nas camadas abastadas porque são elas que absorvem com mais intensidade as novidades do mercado.

No caso da fazenda da Boa Esperança a distância temporal que separa a construção da segunda metade do século XVIII, o inventário *post-mortem*¹² (1905) e o registro fotográfico (2008) permitem traçar comparações e analogias não só entre diferentes momentos históricos, como também, entre pelos menos duas realidades socioeconômicas muito distintas. Contradições e diferenças que se expressam, por exemplo, na mão de obra utilizada (escrava e livre) e nos novos referenciais de riqueza e de pobreza que se configuraram ao longo do tempo.

Em 1905, a fazenda da Boa Esperança pertencia ao Coronel José Ferreira de Mendonça casado com Dona Luiza Ferreira de Mendonça. O espólio foi avaliado em 56:337\$620 contos de réis¹³, constituindo a terceira maior fortuna encontrada para o período pós-1888. Trata-se de uma fazenda excepcional, tanto para os padrões

¹¹ Ver o capítulo 4 da tese de MARTINEZ, Op. cit, 2006

¹² Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO, 62(21), 1905.

¹³ A maior fortuna encontrada para o período pós-1888 foi 66:480\$713 contos de réis, ver Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO, 89(03), 1899. No período pré-abolição foi localizado um inventário com 117:664\$428, ver Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 114(02), 1882.

imperiais, quanto para aquele imediatamente posterior ao fim do trabalho escravo no Brasil. No começo do século XX, *Boa Esperança* chegou a possuir 1.015 alqueires de terras, sendo avaliada em 32:820\$700 contos.

Entre “os 20 alqueires de mattos virgens, 50 de pasto de meloso, 305 de campos de criar, 300 de campos de um e outro lado da serra e 340 de terras de cultura” destacam-se, ainda, 7 casas distribuídas na vila e na área rural. No entanto, era na Boa Esperança que o Coronel Mendonça vivia com sua família e o massame da mesma compreendia de:

[...] casas de vivenda, um correr de casas no terreiro, engenho de cilindro, engenho de serra, moinho, paiol, uma máquina de manteiga, seva de porcos, algumas cobertas de telhas, um grande pomar, três pastos pequenos ao redor da casa avaliados pelos louvados em 6:000\$000 contos de réis¹⁴.

Associada a esta descrição sabe-se que boa parte da fazenda era fechada por cerca de arame, contrastando com os muros de barro e de pedras tão comuns na divisão de terras e propriedades dos séculos XVIII e XIX (ver figura 1 e 5). Uma vez que os imóveis passam a constituir, depois da abolição, o bem mais valioso daquela sociedade, era natural que meios mais eficazes de cercamento e, sobretudo, mais práticos fossem introduzidos. Utilizar fios de arame era, agora, sem dúvida, muito mais econômico do que erguer centenas de metros de muros de pedra ou barro, serviço destinado quase sempre aos escravos.

O sistema de trabalho imposto depois de 1888 exigia por parte dos proprietários e trabalhadores adaptações. Adequações que passavam tanto pelos novos arranjos de mão-de-obra (parceiros, meeiros etc.), como também por outras formas de *organização, sistematização e racionalização* das tarefas. A incorporação de diferentes técnicas e atitudes frente às ocupações, aos equipamentos e aos utensílios constituem apenas alguns exemplos dessa relação que se estabeleceu gradualmente após o declínio da escravidão no Brasil.

Entre os objetos do interior, identificaram no inventário *post-mortem* vários catres, mesas, canapés, cadeiras de palhinha, sophá, armários e guarda louças. O engenho de cilindro, a máquina de fazer manteiga, a roda de fiar algodão, o tear, o engenho de serra, os pastos e campos de criar animais, a seva de porcos, o moinho, o

¹⁴ Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 89(03).

monjolo, os três carros de bois observados na documentação fornecem, da mesma maneira, as pistas necessárias para a caracterização das principais atividades exercidas naquela unidade produtiva.

Quais são os novos elementos que passaram a compor a fazenda da Boa Esperança no limiar do século XX? Ao decodificar a cultura material do estrato privilegiado da sociedade, nota-se que eles perderam posição econômica. Por outro lado, observa-se também uma sensível alteração nos padrões sócio-culturais¹⁵. O aparecimento do lavatório pode ser considerado um exemplo válido para o que foi mencionado acima. O surgimento desse utensílio nos inventários do final do século XIX sinaliza que as famílias estavam mais atentas às novas maneiras de lidar com o corpo¹⁶. Jurandir Freire Costa destaca que no final do século XIX houve, por parte do Estado brasileiro, uma preocupação maior com a higiene e a saúde das famílias¹⁷. E neste sentido, não é demais lembrar que as campanhas de urbanização e saneamento fomentadas no começo do século XX, e que tinha o objetivo de atingir principalmente as grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, devem também ter tido repercussão no interior do Brasil. E dentro dos três grupos sociais - A, B e C – identificados anteriormente é de se supor que os mais abastados tivessem acesso direto às informações dessa natureza, da mesma forma que absorveram as inovações culturais e as novas práticas de convívio mais rapidamente que seus pares¹⁸.

Para que estas novas regras - poderíamos falar *etiqueta?* - fossem colocadas em prática, denotam-se também transformações na relação *casa/família* e, conseqüentemente, *família/artefato* dos diferentes estratos sociais. Percebe-se ademais que essas relações de oposição começaram a se impor com mais veemência na sociedade brasileira. Várias alterações materiais devem ter ocorrido para que essas novas práticas sociais se efetivassem. No caso das moradias do vale do Paraopeba, as vidraças cumpriram um importante papel, possibilitando mais luminosidade e conforto ao interior doméstico.

¹⁵ Ver o capítulo 3 da tese de MARTINEZ, Op. cit, 2006.

¹⁶ Ver LE GOFF, Jacques. & TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na idade média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹⁷ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. (2ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

¹⁸ Ver o capítulo 3 da tese de MARTINEZ, Op. cit, 2006.

Por outro lado, os relatos dos viajantes estrangeiros ressaltam a sujeira e a falta de higiene das cozinhas brasileiras da primeira metade dos oitocentos, independente do grupo social nas quais as famílias estavam inseridas¹⁹. Por isso, a presença dos lavatórios nos inventários, bem como as descrições sobre o encanamento de água são indicadores de novos padrões sócio-culturais que se impunham lentamente na sociedade. Em 1896, na cidade de Conquista, a casa de Dona Maria Cândida do Espírito Santo, casada com Leonel José da Silveira, trazia a seguinte anotação:

[...] uma morada de casas com cobertura de telha e água dentro, quintal, pasto, fechado de cerca de arame, paiol, e moinho avaliada pelos louvados em 2:000\$000 contos de réis²⁰.

É preciso lembrar que a água encanada, a torneira (substituindo pouco a pouco o papel dos chafarizes e das bicas), as casas cobertas de zinco²¹, os “pastos tapados de cerca de arame²²”, a introdução de novas práticas de higiene constituem alguns exemplos que decodificam as transformações da relação estabelecida entre *homens e mulheres com os artefatos da casa e do trabalho*.

Dentro desse contexto, nota-se que o armário, antes encontrado em poucas moradias mineiras, passa a ter uma presença mais significativa no final do século XIX e início da centúria seguinte. Além de mais higiênicas, as moradias mineiras antes repletas de caixote, bruacas e prateleira abertas, adquiriam gradualmente um novo *sistema organizacional*. Com uma divulgação maior desse tipo de mobiliário podia-se, a partir de então, não só abrigar melhor as roupas e os utensílios, como também estabelecer outra analogia com o espaço interno das moradias.

¹⁹ No ano de 2000 a 2001, realizamos junto ao CEDEPLAR/FACE/UFMG uma pesquisa com os viajantes estrangeiros, coordenada pela professora Dra. Concessa Vaz de Macedo. Este trabalho resultou num Banco de Dados composto por vários relatos de viajantes estrangeiros. As informações contidas nos diários (Saint Hilarie, Langsdorff, Luccock, Spix & Martius, Walsh, Pohl, Mawe, Freireyss e D’Orbingy) permitiram perceber, embora não se tenha feito uso sistemático desta documentação nesta tese de doutorado, vários aspectos relacionados à cultura material da sociedade brasileira, em especial a mineira. O século XIX mineiro foi analisado sob perspectiva histórica e econômica; por isso, as observações dos cientistas, pesquisadores e aventureiros que se debruçaram sobre a realidade nacional naquele momento constituem um fonte de pesquisa válida. Além dos respectivos viajantes estrangeiros, devem-se também considerar os diários de Zaluar, Agassis, Suzannet, Expilly e Kidder e de Adéle Toussaint-Samson, que cobrem basicamente a segunda metade do século XIX.

²⁰ Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 31(04), 1896.

²¹ Ver o inventário de número 284, citado nas fontes cartorárias, MARTINEZ, Op. cit. 2006.

²² Ver o inventário de número 436, citado nas fontes cartorárias. MARTINEZ, Op. cit. 2006.

Transformações similares foram estudadas por Joel Cornette. Segundo o autor, a introdução do aquecimento doméstico, no decorrer do século XVIII, alterou significativamente os hábitos e o estilo de vida dos parisienses. A partir de então, as famílias burguesas enfrentavam, com mais conforto, o longo e rigoroso inverno europeu. Da mesma forma, homens, mulheres e crianças passaram a evitar doenças e moléstias causadas antes pela umidade e frio excessivos²³.

Do outro lado do Atlântico, o problema do interior doméstico era de natureza distinta. Quartos mal arejados (as alcovas que resguardavam as “donzelas”) e com pouca luminosidade eram características comuns das moradias. Por isso, a disseminação das janelas envidraçadas alterou sensivelmente não só a fachadas das casas, como também introduziram outras formas de sociabilidade. Esse acessório da construção civil podia proporcionar ao interior doméstico mais claridade. Ademais, a ventilação, o sol e a umidade passaram a ser mais bem controlados, ajudando a eliminar os “miasmas” e as “exalações maléficas” tão temidas no final do século XIX, em função da proliferação das pestes e epidemias²⁴. A vidraça podia também oferecer mais privacidade às moradias, principalmente aquelas localizadas nas vilas e cidades.

Ainda sobre as construções, é comum encontrar no pós-1888 descrições como “casas que serviam de senzala antigamente”, “senzalas antigas”, “um correr de casas no terreiro que servia de senzala”²⁵. Mais que representações de um novo tempo marcado, agora, pela mão-de-obra livre, essas edificações denotam outra função social. Transformaram-se em “casas de despejo”; outras vezes, “o correr de casas” continuou a servir de moradia à grande massa de trabalhadores livres do vale do Paraopeba.

Não é demais lembrar que grande parte dos ex-escravos engrossou a fileira dos camaradas, jornaleros e trabalhadoras domésticas. Outros tantos homens e mulheres, agora livres e pobres, tornaram-se agregados, meeiros e parceiros das fazendas,

²³ CORNETTE, Joel. *La Révolution Del objets. Le Paris Des Inventaires Après Dècès (XVII-XVIII) Siècles*. In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine* p. 476 a 486. 1997.

²⁴ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. (2ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentis insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

²⁵ Ver MARTINEZ, 2006. Para ver estas referências, consultar os inventários de número 284 e 322, listas nas fontes primárias da referida tese de doutorado.

executando todo o serviço braçal e ocupações, quase sempre, não-qualificadas e desvalorizadas socialmente²⁶.

Considerações finais

As diferenças da cultura material ao longo do tempo observada nas fontes cartoriais e visuais deixaram transparecer várias questões pertinentes não só para a história dos objetos, como também permitem descortinar importantes aspectos sociais e econômicos na transição do sistema escravista em Minas Gerais e no Brasil. A referência ao saneamento (água encanada), a maior utilização do vidro, a popularização do armário, o uso do lavatório e do fogão de ferro, a incorporação de novos utensílios de trabalho (debulhador de milho importado da América do Norte) são apenas alguns exemplos que indicam as novas alterações da cultura material dentro e fora das moradias.

Transformações materiais que coincidem com o novo regime político no Brasil (1889), com o início da industrialização brasileira (na primeira metade do século XX) e, no caso de Minas Gerais, com a transferência da Capital para Belo Horizonte (1897). Essas alterações no cenário econômico, administrativo, cultural e político justificam, como se pôde observar ao longo deste artigo, um novo arranjo da cultura material das diversas camadas sociais do vale do Paraopeba.

Bibliografia:

CORNETTE, Joel. *La Révolution Des objets. Le Paris Des Inventaires Après Dècès (XVII-XVIII) Siècles* In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine* p. 476 a 486. 1997.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. (2ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. (2ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

²⁶ Em geral, recebiam por sua jornada uma diária que podia ser à *seco* (não era fornecida a alimentação) ou à *molhado* (incluía um café no começo da labuta e um almoço servido por volta da 10 horas matutina).

LE GOFF, Jacques. & TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na idade média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do Passado. Riqueza e Cultura Material no Vale do Paraopeba/MG. 1840 a 1914. Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2006.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX. Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais. Nascimento do consumo. Séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentis insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.